

# A geografia agrária como ramo da geografia econômica

(Resumo)

ORLANDO VALVERDE

O tema desta comunicação poderia parecer ultrapassado e impertinente se um dos autores clássicos em geografia agrária não tivesse adotado um ponto de vista que está frontalmente em choque com êle. Refiro-me a DANIEL FAUCHER que, num artigo intitulado "Réflexions sur la méthode en Géographie Agraire" (*Rev. de Géog. Régionale — Les Études Rhodaniennes*, n.º 12, 1946) e, posteriormente, na sua obra fundamental: *La Géographie Agraire — Types de Cultures* (Paris, 1949, p. 10), propõe a subdivisão da matéria em duas partes: uma, que êle denomina "geografia econômica agrícola", puramente quantitativa, que seria um ramo da geografia econômica; outra, designada como "geografia agrária", exclusivamente qualitativa, que seria um ramo da geografia humana.

Com essa posição parecem estar de acôrdo alguns colegas brasileiros que, embora sem se manifestarem quanto ao aspecto metodológico da questão, têm-se limitado, na geografia agrária, à elaboração de mapas estatísticos (de pontinhos ou isaritmas) e dos respectivos textos de interpretação.

Êsses mapas não são totalmente despidos de valor, porque dão uma idéia, ainda que esquemática, da área de ocorrência de um determinado produto.

A crítica de WAIBEL a esta interpretação puramente quantitativa vem muito a propósito. Achava êle que não é a distribuição de uma cultura o que interessa fundamentalmente à geografia mas, sim, saber como se distribui todo um conjunto de atividades agrícolas.

HETTNER é mais radical, visto que repele admitir tal estudo como incluído na esfera da geografia, atribuindo-o à merceologia ou ciência da produção econômica (cf. E. MIGLIORINI: "A geografia agrária no quadro da ciência geográfica". *Bol. Geogr.*, n.º 93, pp. 1086-7).

Por outro lado, um estudo puramente qualitativo, como, por exemplo, das condições geográficas das culturas do trigo e do milho no Brasil, feito comparativamente, daria uma idéia falsa da realidade, porque deixaria de frisar que a produção de trigo é escassa e localizada, e a de milho é enorme e difundida em todo o nosso território.

Eis a quanta confusão podem ser conduzidos certos pesquisadores coerentes que defendem um divórcio entre a geografia econômica e a geografia humana, ou — o que é pior e mais freqüente — uma subordinação da primeira à segunda. A causa dêste fato está em que a expressão "geografia humana" pressupõe um conceito mais amplo.

Tudo resulta do inconveniente das denominações.

Na fase inicial da geografia científica, RATZEL estudou a sua antropogeografia com uma filosofia determinista, como uma ecologia do homem, tal como a fitogeografia e a zoogeografia o fazem em relação à ecologia vegetal e animal. Os seus seguidores mais extremados esperavam que o novo ramo da ciência geográfica chegaria algum dia à perfeição de, dadas as condições do meio físico de uma determinada região, poder prever o nível de progresso da civilização que nela floresceria.

Os geógrafos franceses, com VIDAL DE LA BLACHE à frente, introduzindo a expressão "geografia humana", consideravam o homem não como simples produto do meio, mas também sujeito a outras influências, de que resultavam reações diferentes em grupos que viveriam em meios naturais semelhantes. Êste ponto de vista filosófico passou a ser conhecido como a "escola possibilista".

A chamada geografia humana estava, pois, vinculada à sociologia.

Fora do campo da geografia, enquanto a economia evoluiu rapidamente e pôde oferecer um apoio cada vez mais seguro à geografia econômica, a sociologia não progrediu paralelamente. A pretensa "lei dos três estados", proposta pelo seu fundador AUGUSTO COMTE, revelou-se falsa.

A geografia humana ficou, então, sem leis científicas em que se apoiar, como se a ocupação da Terra estivesse entregue ao livre arbítrio do homem.

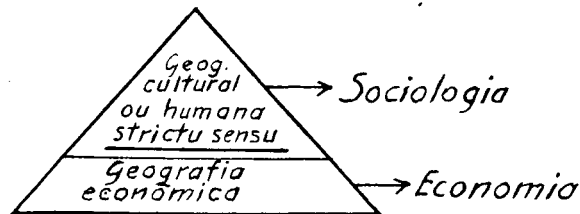
Este, entretanto, precisa, antes de tudo, viver; e assim, está sujeito às leis econômicas. Em segundo lugar, o homem é um produto do meio social em que vive; portanto, ele é portador de uma cultura, que se manifesta de várias maneiras na paisagem.

Os fatos puramente culturais são, porém, de superestrutura e se revelam em pormenores da paisagem, não se podendo contrapor às leis econômicas. Aspectos como o *habitat*, os tipos de habitação, a alimentação e os gêneros de vida agrícola só foram estudados com a devida profundidade quando relacionados com a atividade econômica: a estrutura agrária e as relações de produção.

Para se evitar, por conseguinte, a confusão metodológica em decorrência da denominação, dever-se-ia trocar a expressão "geografia humana" por "geografia cultural".

Uma sugestão dessa natureza, embora pareça razoável, não é geralmente adotada, porque se choca com um hábito. É difícil quebrar uma tradição.

O essencial, porém, não é adotar esta ou aquela denominação, mas, ter em mente que os estudos de geografia agrária são, fundamentalmente, estudos de geografia econômica. O desenho abaixo esquematiza a idéia.



Passando, agora, aos temas centrais, isto é, àqueles que constituem o cerne da geografia agrária, todos os geógrafos modernos concordam em que não são os produtos agrícolas *per se*, a matéria mais importante, mas os sistemas agrícolas segundo os quais eles são cultivados.

A expressão "sistema agrícola", que alguns geógrafos chamam de "tipo de cultura", ou ainda "sistema de utilização da terra" é um conceito difícil de definir. Ela significa, conforme E. LAUR, "a distribuição espacial e cronológica das espécies de culturas sobre toda a área cultivada, segundo determinados princípios", sendo que por "espécies de culturas" ficam entendidas todas as áreas em utilização, como florestas, pastos naturais submetidos a pastoreio, pastos plantados, campos de cultivo, etc. (L. WAIBEL: *Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil*, p. 6, Rio, 1958).

O interesse do agrogeógrafo não se circunscreve a uma classificação sistemática dos métodos agrícolas, mas, por meio destes, estuda aquilo que WAIBEL chamou de "formações econômicas", ou sejam, os "tipos de paisagem agrícola".

No estudo de cada tipo de paisagem, deve o geógrafo descrever pormenorizadamente cada um dos seus elementos componentes. Isto é o que WAIBEL chamou de "anatomia" da paisagem, e que os geógrafos franceses designam como "morfologia agrária" ou *aménagement du terroir agricole*.

Não lhe basta, porém, descrever: o geógrafo deve explicar a função que cada um desses elementos desempenha na atividade agrícola. Isto corresponde à "fisiologia" da paisagem, no dizer de WAIBEL, ou à "estrutura agrária", na terminologia dos geógrafos franceses.

PIERRE GEORGE frisa, entretanto, que o conceito de "estrutura agrária" é restrito às relações entre o homem e o solo cultivado, não envolvendo as relações sociais que se estabelecem no processo da produção agrícola (P. GEORGE: *La Campagne*, p. 72. Paris, 1956).

Tanto a morfologia, quanto a estrutura agrária encontram, por isso, um auxílio poderoso na técnica da interpretação de fotografias aéreas.

Para se compreender uma paisagem é mister ainda, muitas vezes, fazer o que os geógrafos de língua inglesa chamam de *historical approach*, isto é, o estudo, a "interpretação histórica". Frequentemente a cultura de um produto que desaparece vai influir sobre a de um outro que o sucede. Outras vezes, a simples introdução de uma nova cultura sofre a influência de outra que já era praticada há mais tempo no mesmo lugar, sem que esta desapareça necessariamente. Isto é assaz comum em países novos, como o Brasil, em que a economia de especulação gera tipos muito dinâmicos de paisagens. No brejo paraibano, por exemplo, a agave substituiu, em grande parte, a cultura do algodão, e a comercialização daquele produto valeu-se da estrutura anteriormente montada para a comercialização deste.

Enquanto o geógrafo estuda os sistemas agrícolas dos povos primitivos, entre os quais reina uma economia pré-capitalista, os problemas econômicos são simples, e ele se vale muito das contribuições da etnologia. Quando, porém, se trata de uma economia capitalista, uma parte substancial da produção destina-se ao mercado. Cumpre, então distinguir, para cada cultura, o "objetivo da produção" (*aim of production*), a fim de separar as "culturas de subsistência" das "culturas comerciais" (*cash crops*).

Nestas últimas, os problemas da "comercialização" e, por conseqüência, da "rentabilidade" vêm para o primeiro plano. Esta última só pode ficar esclarecida se o geógrafo fizer um balanço da atividade agrícola para os principais produtos, ainda que seja de maneira sucinta ou aproximada.

A rentabilidade de uma atividade econômica precisa ser estudada não só em relação ao proprietário dos meios de produção, mas relativamente a cada grupo profissional empenhado nessa produção, a fim de se poder discernir a participação de cada classe social na distribuição da riqueza. Esse é o fator básico para se compreender a estratificação social numa região qualquer.

Até agora, os geógrafos brasileiros pouco têm feito disso, e por essa razão os economistas nos têm acusado de realizar estudos pouco sérios e superficiais. É bem verdade que a recíproca é verdadeira: salvo raras e honrosas exceções, os trabalhos dos nossos economistas se ressentem de um conhecimento muito falho da nossa realidade geográfica. Não se cogita aqui, entretanto, de alimentar debates entre os profissionais de diferentes especialidades, mas de sugerir orientações para que os nossos geógrafos realizem trabalhos corretos, profundos e, por isso, úteis.

Assim como o geomorfólogo invade os domínios da geologia para explicar as formas do relevo, também ao agrogeógrafo deve ser permitido ir buscar na economia política as leis que vão explicar os traços da atividade agrícola numa determinada área da superfície da Terra.

A economia política é teórica. O geógrafo, melhor do que ninguém, poderá verificar a aplicação de suas leis na atividade econômica das diversas regiões. Ele deve procurar caracterizar bem, para uma certa área, as "formas de economia", as "relações de produção" e os "modos de produção". São, por exemplo, as relações de produção que nos vão dar a chave para explicar a clivagem social que se estabeleceu numa certa região.

WAIBEL deu um primeiro passo no sentido da aplicação das leis econômicas no plano da geografia agrária quando exumou do esquecimento a lei de von THÜNEN sobre a influência da distância do mercado nos sistemas de utilização da Terra.

Creio que, com esta breve exposição, dois princípios metodológicos ficaram bem fixados.

Em primeiro lugar, que a geografia agrária deve ser considerada parte da geografia econômica, conforme advogam HARTSHORNE, WAIBEL, P. GEORGE e E. OTREMBÁ.

Finalmente, que as relações entre a geografia econômica e a economia podem ser sintetizadas, à maneira de uma expressão matemática:

$$\frac{\text{geografia econômica}}{\text{economia}} = \frac{\text{geomorfologia}}{\text{geologia}}$$

que se leria: a geografia econômica está para a economia, assim como a geomorfologia está para a geologia.